

## Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde realizada aos oito dias do mês de março de dois mil e seis

Estiveram presentes à reunião: Cristiane S. Ferreira, representante do Movimento Sindical; Cristina R. da Silva, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Norte; Ercindo Mariano Jr., representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste; Gustavo M. Frias, representante do Movimento Sindical; João Xavier, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sul; José Francisco K. Saraiva, Secretário Municipal de Saúde; José Luiz Zétula, representante do Movimento Sindical; Kurt Keller, representante do Movimento Popular de Saúde; Lígia Ap. N. de Almeida, representante dos serviços de saúde municipais; Maria Ivonilde Vitorino, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Maria Izael N. Marques, representante dos conselhos de classe; Pedro Humberto Scavariello, representante da Secretaria de Saúde; Taniella C. Mendes, representante das entidades de classe; Waldomiro Aprile Jr., representante do Movimento Popular de Saúde; Isabel P. de Oliveira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste; João das Graças Silva, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; José David Santomauro, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Ricardo C. Moura, representante suplente das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Soeli A.M. Gava, representante suplente do Movimento Popular de Saúde; Sílvia S.T. Nicolau, secretária do Conselho; funcionários da Secretaria de Saúde; conselheiros locais de saúde; representantes da CETESB e do Centro de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado da Saúde. Justificaram ausência: Ana Paula S. Augusto, representante dos trabalhadores de saúde dos serviços privados; Edilson Baqueiro, representante dos serviços de saúde da PUC Campinas; Edna F. Sousa, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Elizabeth G. Miranda, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sudoeste; Ezenilda S. Silva, representante das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Luiz Carlos Zeferino, representante da UNICAMP; Mary Angela Pappinelli, representante dos serviços de saúde da UNICAMP; Rober T. Hetem, representante do Hospital Mário Gatti; Solange Ap. de Moraes, representante dos prestadores de serviços não hospitalares. Faltaram: André L.C. Fonseca, representante dos hospitais filantrópicos; José Araújo Silva Filho, representante do Movimento Popular de Saúde; José Paulo Porsani, representante do Movimento Sindical; Leonilda B. Cabrera, representante do Movimento Popular de Saúde; Luverci C. Rocha, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Leste; Nadja M.M. Abdalla, representante da Diretoria Regional de Saúde; Odorino H. Kagohara, representante da PUC Campinas; Paulo Sérgio Gomes, representante do Movimento Sindical; Renato S. Santos, representante das associações de aposentados; Suely F. de Oliveira, representante do Movimento Sindical.

A reunião tinha como pauta única a apresentação de relatórios sobre o Loteamento Mansões Santo Antonio e discussão de projeto de Vigilância em Saúde para áreas contaminadas a ser encaminhado ao Ministério da Saúde.

Sr. Zétula iniciou a reunião fazendo uma saudação especial a todas as mulheres presentes pelo Dia Internacional da Mulher. Em seguida passou a palavra à Sra. Sílvia que convidou a todos para participarem das 5 Pré-Conferências Distritais, etapas preparatórias à 7ª Conferência Municipal de Saúde. Sra. Sílvia comunicou recebimento de convite para que os conselheiros participassem da elaboração do Plano de Ação e Metas de Saúde do Trabalhador. Informou também convite encaminhado pela Coordenadoria do Orçamento Participativo para reuniões que discutirão o Plano Diretor do município. Dando início à pauta propriamente dita, Sra. Salma, Coordenadora de Vigilância em Saúde da Secretaria, agradeceu a presença de todos e o acolhimento à solicitação de reunião extraordinária, reunião que teria como foco o compromisso e a responsabilidade do setor saúde sobre o potencial risco de pessoas expostas a contaminantes ambientais e também à possível aprovação do Ministério da Saúde de uma solicitação de suplementação de financiamento que tem como objetivo principal o fortalecimento da estrutura do SUS Campinas para o enfrentamento de áreas contaminadas e pessoas com potencial risco de exposição. Sra. Salma apresentou um histórico detalhado da situação do Loteamento Mansões Santo Antonio, conforme documento encaminhado anteriormente aos conselheiros e que se encontra arquivado na Secretaria Executiva. Em 2002 iniciou-se Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana, solicitado ao Ministério da Saúde pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Ministério Público do Trabalho, em que a equipe de avaliação de risco definiu a área como **Categoria B - Perigo para a Saúde Pública**. O estudo concluiu que existem evidências de exposições passadas e potencialmente futuras e que não existem riscos à saúde humana, a partir de rotas de exposição estabelecidas no presente. A partir de outubro de 2005, técnicos da Secretaria Municipal de Saúde e do Ministério da Saúde iniciaram a elaboração do Plano de Ação visando assistência e acompanhamento da população que esteve ou poderá estar na rota de exposição completa de contaminação e daqueles residentes no Loteamento. O Plano de Ação tem como objetivos específicos: aprimorar a identificação e a busca da população exposta; manter e qualificar a avaliação da saúde da população exposta; seguir a população exposta; instituir terapêuticas adequadas a cada caso. A metodologia será a seguinte: acompanhamento de todos os expostos segundo princípios do SUS Campinas; não restrição ao atendimento de pessoas não incluídas como potencialmente expostas; atendimento na Unidade de Saúde de abrangência do seu local de moradia; registro na Unidade de Saúde (prontuário clínico e cadastro); quando a Unidade de Saúde não for CS Taquaral ou Centro de Referência de Saúde do Trabalhador, informa-los para fazer um cadastro único centralizado. O seguimento clínico será feito através de: avaliação de saúde inicial – histórico ambiental e/ou ocupacional, história clínica, exame clínico; prosseguir investigação, avaliação e tratamento caso a caso; serão fornecidas informações para acompanhamento dos casos a não usuários do SUS e que desejem manter seguimento em seu convênio/médico. Outra ação a ser desenvolvida será na área da educação em saúde, tendo como objetivo contribuir com o processo de construção do conhecimento da população sobre a contaminação, exposição e recuperação ambiental, bem como fortalecer a capacidade organizacional e operacional das equipes de saúde. Na área da gestão e articulação intra e intersetorial a ação terá como objetivo coordenar e gerenciar o processo de implementação do plano de ação e viabilizar os meios e recursos necessários para sua execução. Em seguida, Sra. Salma passou a apresentar o projeto de investigação epidemiológica, sanitária, ambiental e de seguimento integral de pessoas expostas em áreas contaminadas por agentes químicos a ser encaminhado ao Ministério da Saúde, conforme documento encaminhado anteriormente aos conselheiros e que também se encontra arquivado na Secretaria Executiva do Conselho, esclarecendo que foi feita a opção por não aguardar a abertura de nova fonte de financiamento por parte do Ministério devido à importância do assunto. Esse projeto tem como público alvo a população exposta ao risco ambiental; as equipes de saúde e os representantes das instâncias de gestão no SUS e de outros setores afins. Justifica-se pela necessidade de construção de uma proposta de atuação do SUS, compreendendo os papéis dos diversos atores institucionais, com o objetivo de estruturação e fundamentação teórica e prática de bases sustentáveis, efetivas e aptas a este enfrentamento, no sentido de promover a vigilância à saúde das populações expostas, dentro das diretrizes e da lógica do SUS. Esse projeto tem como objetivos: organizar os serviços e reordenar os fluxos para seguimento dos grupos de pessoas expostas; indicar estratégias de suporte cognitivo para produção científica e atualização técnica; monitorar e indicar normatização específica (em conjunto com as instâncias federal e estadual) para melhor controle das atividades de vigilância em saúde; indicar critérios para a identificação de casos para acompanhamento clínico e monitoramento no sistema de vigilância em saúde; elaborar estratégias de educação continuada em saúde ambiental para as equipes de saúde nos diversos níveis hierárquicos; organizar o conjunto de informações necessárias para manter a comunidade informada e sensibilizada. O projeto prevê as seguintes ações/atividades: 1. Estruturar as equipes e serviços de saúde para investigação epidemiológica; 2. Apoiar formulação de protocolos especiais e atualização técnica das equipes contendo informações desde o acesso aos serviços, fluxos no sistema e algoritmos clínico-laboratoriais para investigação epidemiológica; 3. Habilitar os profissionais para a estratégia da comunicação de risco e impacto sobre o controle social e participação comunitária. Para tanto são necessários os seguintes recursos: suporte para a investigação de possíveis agravos à saúde como câncer, distúrbios endócrinos, hepáticos, neurológicos, renais, dentre outros; consultorias nas áreas de toxicologia, oncologia e comunicação; infra-estrutura para os serviços de saúde envolvidos: informatização, informação, comunicação, veículos, material de consumo; capacitação das equipes. Terminada a apresentação foi aberta a palavra aos presentes, tendo participado das discussões os senhores: Francisco, do Sindicato da Construção Civil; Cláudio, do CLS Taquaral; Junior; Soeli; Ricardo; Xavier; Kurt; Cristiane. Foram colocados, entre outros, os seguintes questionamentos: demora na convocação da população exposta; quantas pessoas foram contaminadas no bairro; empresa causadora da contaminação deveria arcar com o tratamento das famílias; qual a posição do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente; projeto deveria englobar outras áreas de contaminação; tempo necessário para descontaminação do terreno; prazo de desenvolvimento do projeto apresentado; necessidade de integração entre as áreas de saúde e do meio ambiente. Respondendo aos questionamentos Sra. Salma colocou que a população foi convocada pessoalmente, mas que a resposta foi muito pequena; além disso tem sido feito levantamento sobre a incidência de doenças na população, não havendo até o momento nenhum indicio de doenças relacionadas à contaminação da área, mas que a organização está sendo feita para que o atendimento às pessoas que necessitarem seja integral. Sobre a liberação da área, está sendo estudada a proposta feita pela CONCIMA para isso. Com relação à solicitação de financiamento esclareceu que se deve à necessidade de estruturação do SUS para atuar nessas questões. Dr. Saraiva reafirmou que não há evidência de risco de contaminação nesse momento, nem motivo para pânico, mas é necessário manter o acompanhamento. Relatou reunião realizada com as Secretarias de Negócios Jurídicos, Urbanismo e Meio Ambiente para apresentar a situação e discutir as medidas a serem tomadas, com o rigor que o assunto requer, uma vez que o relatório do Ministério era bastante recente. Dr. Tarcísio, coordenador do Distrito Leste, reiterou o esforço realizado pelos profissionais da Secretaria na busca da solução dos problemas. Dr. Marco Sabino, médico do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador, colocou que foram tomadas todas as medidas possíveis para melhorar as ferramentas existentes para a resolução desses problemas, tendo o município sido escolhido para ser um dos cinco pilotos da metodologia desenvolvida pelo Ministério da Saúde. Sr. Alberto, da CETESB, além de esclarecer que a empresa Proquina instalou-se na região antes mesmo da criação da CETESB, relatou o trabalho desenvolvido na tentativa de resolução do problema. Sra. Salma reforçou o fato de não ser competência da Secretaria de Saúde dar ou não autorização para construção. Com relação aos recursos, há grande disposição do Ministério da Saúde em aprovar o projeto, que visa a incorporação desse trabalho daqui por diante. Sra. Sheila, assessora técnica jurídica, informou que a Secretaria de Saúde acionou todos os recursos disponíveis assim que foi comunicada da contaminação da área, estabelecendo parcerias para monitoramento e busca de solução dos problemas, ressaltando a parceria estabelecida com o Ministério Público do Trabalho. Informou também aos presentes que foi a primeira vez que um município propôs ação civil pública para discussão de contaminação ambiental. Dr. Saraiva colocou que a Secretaria é contrária à proposta de recuperação apresentada pela CONCIMA, embora não seja de sua competência deliberar sobre isso. Esclareceu que por determinação do Prefeito o assunto estava sendo encaminhado à Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria do Meio Ambiente e Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal. Terminadas as explicações, Sr. Zétula colocou em votação o projeto a ser encaminhado ao Ministério da Saúde, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Antes de encerrar a reunião, foi dada a palavra ao Sr. Xavier para que colocasse sua preocupação com a situação financeira do Serviço de Saúde Cândido Ferreira, solicitando que o assunto fosse pautado para uma próxima reunião. Sr. Zétula solicitou aos conselheiros que analisassem, para deliberação na reunião do dia 22.03 quando haveria eleição do Presidente do Conselho, sua Secretaria Executiva e Mesa Diretora, como seria o mandato do próximo presidente, se de 1 ou 2 anos, uma vez que o Conselho se renovará em fevereiro de 2007 e a lei é omissa nesse sentido. Nada mais a ser tratado, encerrou a presente ata, a qual assinou com os demais presentes.

retorna a relação de atas do CMS

